



ATA DE REUNIÃO INMETRO

Identificação da Reunião

Página 1 de 11

PLENÁRIA 2º CICLO DE 2014

Início: 15/12/2014

Término: 17/12/2014

Local: Belém – PA

Presentes:

Conforme lista de presença

Ausentes Justificados:

Não houve

Redator:

Bruna Lelli Pamplona – Coordenação Geral da RBMLQ – I

Documentos Distribuídos:

- Calendário de eventos 2015
- Cronograma de Planejamento
- Manual de identidade da RBMLQ – I

Assuntos Tratados

A reunião foi iniciada pelo Dr. Fabrizio Guaglianone, Dirigente do Imetropará, que agradeceu a presença de todos. A palavra foi passada ao Dr. Omer Pohlmann Filho, Coordenador Geral da RBMLQ – I, que apresentou a programação oficial do evento.

Dr. Omer Pohlmann Filho informou que será entregue aos dirigentes o termo aditivo ao convênio de cooperação técnica sobre investimentos e este, após a assinatura do secretário de estado, deverá ser devolvido ao Inmetro.

Explicou que o Presidente do Inmetro, Professor João Jornada, está recuperado, porém não está liberado para longas viagens.

Sua apresentação foi iniciada, onde exibiu os gráficos comparativos dos resultados da execução dos Planos de Trabalho e Aplicação.

Mostrou a evolução da receita da RBMLQ – I, destacando que a grande quantidade de eventos que ocorreu em 2014 afetou a arrecadação, mas o ano será fechado com um crescimento de 3%.

Exibiu o comparativo da evolução da receita detalhada e da despesa (exercícios 2011 a 2014) e o planejamento efetivo (2015 a 2018) de todo Brasil e estado por estado.

Sobre o comparativo dos anos de 2013 e 2014, relatou que o Acre teve uma queda de 1% em sua receita e de 13% em multas metrológicas.

Acerca do Amazonas, esclareceu que a despesa está acima da receita devido à construção da nova sede e do posto de cronotacógrafo. Dr. Marcio Andre Brito, Dirigente do Ipem – AM, informou que o quadro do

Assuntos Tratados

Página 2 de 11

índice de multas será revertido e Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que o que está sendo apresentado é a receita efetiva.

Referente ao Amapá, Pará e Rondônia, ressaltou o aumento na receita e parabenizou os estados pelos bons resultados.

Sobre Roraima, destacou que a receita teve uma queda de 3% e apontou que em Alagoas a receita de cronotacógrafo teve um crescimento.

Referente à Bahia, esclareceu que a situação financeira é confortável e que para os próximos anos há uma previsão de permanecer estável.

Sobre o Ceará, relatou que a receita está equilibrada. Sobre o Maranhão, destacou que a situação é estável. Dr. Jones Braga, Dirigente do Inmeq – MA, informou que o estado aprovou o concurso público para o próximo exercício.

Acerca da Paraíba, destacou que a situação é favorável e sobre Pernambuco, apontou que a situação não está equilibrada, uma vez que a despesa e receita caíram.

Sobre o Piauí, registrou que os números estão positivos, apesar de todos os problemas que ocorreram durante o ano.

Referente ao Rio Grande do Norte, esclareceu que a situação é crítica, pois há poucos funcionários no quadro efetivo.

Relatou que a situação de Sergipe é confortável, pois os números planejados foram alcançados e destacou que no Espírito Santo ocorreu um ano atípico, destacando que os servidores de Minas Gerais, que trabalhavam nesse estado, retomaram para seu estado de origem.

Sobre Minas Gerais, informou que, com exceção de cronotacógrafo, os índices subiram e a situação financeira é saudável.

Apontou que a receita do Rio de Janeiro teve uma queda de 3% e São Paulo teve um crescimento de 2%.

Referente ao Paraná, destacou que a receita teve uma queda de 1% e no Rio Grande do sul, houve uma queda de 14% na receita, mas serviços metrológicos e despesa aumentaram consideravelmente.

Destacou que em Santa Catarina o estado passou por uma crise, onde os servidores aderiram a uma greve. Sobre Tocantins, relatou que os índices vêm crescendo, mas a situação não está favorável.

Acerca de Goiás, registrou que a receita teve um crescimento de 21% e, registrou, ainda, que Mato Grosso do Sul teve um crescimento na receita de 12%.

Concluindo, falou sobre Mato Grosso, destacando que a receita teve uma queda de 9% e a receita um crescimento de 10%.

Posteriormente, Dr. Omer Pohlmann Filho exibiu o ranking da evolução da arrecadação total da RBMLQ – I, referentes aos anos de 2011 a 2013.

Dr. Rubens Camargo, Dirigente do Ipem – PR, falou acerca da demora por parte do Inmetro na análise dos processos no jurídico. Dr. Omer Pohlmann Filho registrou que o Encontro Jurídico, realizado em novembro de 2014, foi uma oportunidade para abordar esta discussão e que a Plenária não é o fórum adequado para tratamento deste tema. Dr. Marcelo Martins, Superintendente da SURRS, Substituto,

destacou que a Procuradoria do Inmetro está com o quadro de procuradores reduzido e que para o ano de 2015 haverá uma força tarefa, visando colocar os processos em dia.

Na sequencia, Dr. Omer Pohlmann Filho apresentou no novo relatório de comparação do crescimento da receita dos Órgãos Delegados e comentou sobre a reunião com a equipe da SOF, onde foi relatado que o Inmetro sempre cumpre o planejado, chamando atenção para a credibilidade que existe.

Falou do excelente resultado apresentado pelo estado de São Paulo no final deste exercício, comentando que todas as informações estarão disponíveis no relatório de composição de crescimento de receita, que poderá ser consultado mês a mês.

Na sequencia, foi exibido o relatório de inadimplência de serviços e do jurídico, onde Dr. José Carlos Brandes, Diretor de Informática da SURRS, falou sobre a memória de calculo, destacando a questão da cobrança.

Dr. Omer Pohlmann Filho apresentou, ainda, a nova metodologia de planejamento do Plano de Aplicação, onde será encaminhada uma proposta de planejamento aos estados, baseando-se no histórico.

Dr. Clodoaldo Ferreira, Dirigente do Ipem – MT, sugeriu que o planejamento seja iniciado pelo Plano de Trabalho e Dr. Omer Pohlmann Filho registrou que a ideia é exatamente está, pois o desejo é agregar inteligência ao sistema, visando evitar erros.

Dr. Geovane Mendes, Diretor Administrativo e Financeiro do Ipem – MG, registrou que acha desnecessário o detalhamento que é exigido, pois, muitas vezes, não se tem a informação solicitada. Dr. Omer Pohlmann Filho, informou que o detalhamento é necessário para que haja o efetivo acompanhamento.

Acordou-se que será incluído no calendário de reuniões da RBMLQ – I de 2015 uma reunião com o Presidente do Inmetro.

Sr. André Fofano, Assessor da Coordenação Geral da RBMLQ – I, apresentou o grau de aderência dos Órgãos Delegados ao Plano de Trabalho, exibindo o ranking entre os estados. Esclareceu que quando um estado supera o planejado, é considerado ruim, pois é caracterizado que houve falha no planejamento.

Dr. Alfredo Lobo, Diretor de avaliação da Conformidade do Inmetro, registrou que o planejamento na área da avaliação da conformidade está maduro, pois é praticado há muitos anos.

Dr. Omer Pohlmann Filho, posteriormente, falou acerca das atas de registro de preços, apresentando propostas de compras para 2015, explicando que a análise foi feita a partir do Plano de Aplicação.

Sr. Valmir Ditomaso, Diretor técnico do Ipem – SP, sugeriu a inclusão de material para verificação de mototaxímetro. Dr. Luiz Carlos Gomes, Diretor de Metrologia Legal do Inmetro, explicou que estes materiais serão providenciados pelo próprio fabricante.

Dr. Cláudio William, Diretor de Administração e Finanças do Inmetro, Substituto, aproveitou a ocasião para registrar que, mesmo que a ata de registro seja do Inmetro, é necessário verificar o procedimento do estado.

Dr. Omer Pohlmann Filho exibiu o ranking do índice de cobertura da RBMLQ – I para balanças de precisão classes I e II e de balanças comerciais classes III e IV. Mostrou, ainda, o ranking do índice de cobertura da RBMLQ – I para esfimomanômetros e balanças clínicas.

Dr. Marcio Andre Brito registrou que há inconsistências no cadastro da RAIS. Sr. Alexandre Soratto, Pesquisador Tecnologista da Coordenação Geral da RBMLQ – I, lotado no Imetro – SC, informou que os dados da RAIS estão sendo atualizados, porém há 30% de erro, aproximadamente.

Sr. Valmir Ditomaso apontou que os resultados da cobertura na área médica são preocupantes, ressaltando que o Inmetro deveria ser mais atuante nesta área. Sugeriu que uma campanha de conscientização seja feita. Dr. Omer Pohlmann Filho destacou a importância da atuação nesta área.

Dr. Raimundo Parrião sugeriu que a rede pública seja isenta do pagamento da taxa de verificação dos instrumentos de medição da área da saúde, mas Dr. Omer informou que não há esta possibilidade.

Finalizando o espaço Cored, Dr. Sérgio Maia, Dirigente da AEM – MS, relatou que foi feito, no estado de Mato Grosso do Sul, uma parceria com o Conselho Regional de Medicina – CRM, visando a realização das verificações dos instrumentos de medição da área médica.

Sr. Alexandre Soratto iniciou sua apresentação sobre o Novo Simcs – Sistema de Monitoramento da Cobertura de Serviços da RBMLQ – I, informando que este sistema é uma ferramenta de gestão que identifica o universo de empresas sujeitas a atuação dos Órgãos delegados, revela o índice de cobertura dos serviços realizados pela RBMLQ – I e fornece o endereço de empresas que não estão sendo visitadas.

Dr. Rubens Camargo registrou que os índices de reprovação são elevados e Dr. Ivan Alves Soares, Dirigente do Ipem – MG, sugeriu que seja realizada parcerias com as prefeituras.

Dr. Marcio Paiva, Coordenador Geral da RBMLQ – I, Substituto, registrou que o agente metrológico precisa conscientizar a rede médica e que este é um trabalho demorado.

Na sequência, Sr. Alexandre Soratto falou das novidades do Simcs / versão 2014.12, destacando a RAIS 2013, as informações do IBGE, o salvamento de consultas do índice de cobertura (IC) e os comparativos do desempenho do IC por UF.

Falou acerca dos comparativos de desempenho / índices de cobertura e destacou que esta é uma ferramenta que revela as áreas geográficas e setores econômicos menos atendidos, fornece informações para ajustar a quantidade e distribuição da força de trabalhos finalística, fornece referências para estabelecer indicadores e metas coerentes com a demanda e localiza estabelecimentos sujeitos a verificação metrológica e a fiscalização de produtos.

Finalizando, esclareceu que esta ferramenta traz questões para auxiliar o planejamento e a execução.

Sr. Jorge Soares, Coordenador da Qualidade da Coordenação Geral da RBMLQ – I, iniciou a apresentação da Pesquisa de Satisfação de clientes Cored, abordando o detalhamento da especificação técnica.

Destacou que a pesquisa visa medir a satisfação do cliente da Cored e a percepção da eficácia do SGQ – Cored.

Esclareceu que a pesquisa foi direcionada aos Órgãos integrantes da RBMLQ – I, através de seus dirigentes, diretores e demais pessoas atuantes nos processos desenvolvidos pela Cored.

Sr. Léssio Nunes, Estatístico da Coordenação Geral da RBMLQ – I, apresentou os gráficos com os resultados da análise, pontuando as críticas, os elogios e as sugestões.

Concluindo, Dr. Omer Pohlmann Filho informou que ficou decidido que as análises dos Planos de Aplicação deverão ser realizadas pela Cored em até 10 dias após o recebimento.

Sr. Léssio Nunes iniciou a apresentação sobre o Levantamento da Distribuição da Força de Trabalho da RBMLQ – I, registrando que um relatório técnico será entregue aos dirigentes.

Dr. José do Patrocínio, Dirigente do ITPS – SE, destacou que não concorda com a denominação atividade meio e atividade fim, pois há pessoas que atuam em ambas as áreas e, ainda, há atividades que são classificadas como meio, mas que geram arrecadação, dando como exemplo o jurídico.

Dr. Orlando Gerola, Dirigente do Ipem – SP, destacou a importância de separar as áreas de apoio. Dr. Omer Pohlmann Filho registrou que todos os Órgãos são avaliados da mesma maneira.

Foi registrado que quando o módulo de capacitação no SGI for concluído, a pesquisa será realizada através do sistema, podendo-se fazer outras combinações.

Ficou acordado que para a próxima Plenária será realizado um levantamento, onde não será levada em consideração a área de apoio (limpeza, telefonia...).

Aceca do Estudo de Carreiras e Salários da RBMLQ – I, Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que este estudo foi um pedido dos próprios Órgãos Delegados, visando ter um referencial para pleitearem concursos e ajustes de seus planos de carreiras.

Sr. Léssio Nunes explicou que as carreiras abordadas foram as de agentes fiscais / técnicos (médio ou técnico) e analista ou oficiais (superior).

Informou que as tabelas de remuneração das funções serviram para base de comparação, atentando para os vencimentos básicos e a remuneração bruta.

Finalizando, esclareceu que a taxa de evolução mede a velocidade de ascensão ao topo da tabela de vencimentos básicos e de remuneração.

Dr. Claudio William iniciou o espaço Diraf destacando que não pode sobrar recurso no final do exercício e, desta forma, é necessário que o repasse efetuado pelo Inmetro seja exatamente o valor utilizado pelo estado para fechamento do ano.

Acerca dos pedidos de obras, informou sobre a necessidade de serem encaminhadas à Diraf, com o de acordo da Cored. Registrou que as demandas não podem ser encaminhadas diretamente à Divisão de Engenharia.

Relatou que há 18 projetos sendo estudados para a RBMLQ – I e que a Diraf está negociando a contratação de mais 3 engenheiros para atendimento aos Órgãos Delegados.

Finalizando, abordou os procedimentos de patrimônio, solicitando que os estados vejam o que está pendente e entrem em contato com a Diraf, Ressaltou que esta pendência pode gerar atrasos no repasse.

A apresentação GeoPortal foi iniciada e Sr. Rogério Sidnei, Representante do Ipem – MT, abordou as principais ações em desenvolvimento, enfatizando que são ações permanentes.

Exibiu ações específicas do GT e apontou os mapas, enfatizando o mapa de cronotacógrafos, o qual exhibe os postos com um raio de 240 km de cobertura.

Exibiu, ainda, os mapas dos estabelecimentos comerciais, onde aponta qual foi o índice de cobertura.

Dr. José Carlos Brandes apresentou o Sistema de Gestão Integrada, destacando que o Portal de cronotacógrafo é o mais visitado.

Acerca das principais demandas, abordou as novas sistemáticas com o uso do coletor, destacando a inserção dos horários de deslocamento (início do serviço e final do serviço – deslocamento), o check list para bombas medidoras de combustíveis, fiscalização de taxímetro, temporizador, emissão de documentos (laudo, T.O., certificado), inserção de dados na base (erros quantitativos), fiscalização do serviço das permissionárias em campo, verificação inicial em IPNA, assinatura digital – sincronismo (PDF), check list e a identificação dos estabelecimentos que fornecem alimentos a peso e pão francês.

Dr. Omer Pohlmann Filho registrou que estas demandas qualificaram o trabalho.

Na sequencia, Dr. José Carlos Brandes falou sobre o sub-módulo de arqueação de tanques e do Plano de Avaliação dos postos de ensaios / selagem de cronotacógrafo.

Sobre produtos pré medidos, abordou a revisão da norma NIT DIMEP 004/14, ressaltando o laudo de massas desiguais para o produto pescado congelado e os laptops com versão Linux, que visam uma maior compatibilidade com a conexão na balança e o bloqueio da digitação, com algumas exceções.

Acerca da área da Avaliação da Conformidade, abordou o desenvolvimento do módulo de registro de produtos e serviços no PSIE / SGI com utilização de ferramenta BPM (Orquestra para Oracle).

Falou das atividades em campo, onde há, primeiramente uma adaptação para a utilização da fiscalização técnica e, posteriormente, haverá uma nova modelagem com a utilização de novos equipamentos.

Sr. Valmir Ditomaso perguntou sobre a impossibilidade de fazer auto de infração quando a portaria já foi revogada. Dr. Omer Pohlmann Filho acordou que o Dr. José Carlos Brandes irá expandir o sistema, pois deve estar com algum bloqueio, uma vez que a portaria revogada deveria ser visualizada.

Dando prosseguimento, Dr. José Carlos Brandes abordou as questões do acompanhamento do jurídico / cobranças, destacando os recursos digitalizados, que geram agilidade, transparência, redução de esforço e de custos.

Sobre o controle administrativo e financeiro, abordou o módulo de compras e licitação, registrando que é uma integração entre os módulos contratos, financeiro, patrimônio e almoxarifado. Informou que haverá um cronograma de implantação.

Acerca do módulo de manutenção predial, informou que este módulo foi desenvolvido para os serviços prestados pelo setor de engenharia / manutenção. Falou sobre o módulo de contatos e patrimônio, destacando que tem como função controlar consumo de agua e energia elétrica, a manutenção de extintores, o planejamento de manutenções e obras e a gestão de ordens de serviços de obras e manutenções (solicitação, controle e orçamento).

Dr. Geovane Mendes informou que em Minas Gerais é utilizado um portal de compras do estado e ressaltou que não poderá deixar de usar, pois atuam com o orçamento do estado. Dr. José Carlos Brandes explicou que o sistema é interno de visa auxiliar os Órgãos Delegados.

Dr. José Carlos Brandes, na sequencia, falou sobre as alterações sistêmicas do Plano de Trabalho e do Plano de Aplicação.

Dr. Omer Pohlmann Filho registrou que o estado que não fechar o Plano de Trabalho até o dia de cada mês não recebera seu recurso e lembrou que os termos de ocorrência emitidos em janeiro deverão ter seus autos de infração gerados até 10 de fevereiro e, assim devera acontecer nos demais meses.

Dr. José do Patrocínio registrou que as mudanças sistêmicas estarão ocorrendo no período de transição de gestão, o que é ruim para a adaptação.

Dr. Marcio Paiva iniciou a apresentação sobre capacitação, abordando o resumo dos treinamentos realizados em 2014.

Falou sobre o curso de formação em Metrologia Legal, onde agradeceu o empenho de todos, pois houve um bom índice de aprovação.

Destacou o quadro técnico pendente de formação, destacando que o critério utilizado foi o pessoal relacionado na pesquisa Força de Trabalho 2014 e o levantamento a partir da 1º turma do CFAML em 2008.

Dr. Omer Pohlmann Filho informou que a Cored uniformará a cada dirigente as pessoas que estão pendentes de formação, destacando que o sistema não permitirá o acesso daquele que não estiver formado.

Dr. Marcio Paiva falou sobre as diretrizes do Inmetro, destacando que só será permitida atuação em campo dos técnicos cuja capacitação tenha a devida formalização, ou seja, aprovados nos cursos de formação de metrologia legal e de avaliação da conformidade.

Dr. Sérgio Maia, Dirigente da AEM – MS, registrou a necessidade de incluir esta obrigatoriedade nos editais dos concursos públicos. Dr. Omer Pohlmann destacou a pertinência do comentário.

Dr. Marcio Paiva registrou que os cursos estarão disponíveis e os interessados deverão encaminhar nome e CPF para a formalização da inscrição.

Dr. Marcio Paiva registrou, ainda, a criação do Kit Dirigente, que contemplará uma leitura assistida do convênio e elementos do novo curso de formação da área de metrologia legal e avaliação da conformidade.

Professora Renata Bondim, Chefe do Cicma, iniciou seu espaço relatando que haverá um projeto piloto para a nova versão do CFAML. Destacou os resultados esperados, apontando a necessidade do curso ser flexível e adaptado a realidade dos agentes que atuam em campo.

Informou sobre a migração da plataforma moodle para uma versão mais atual, explicando que o modelo passou a ser mais interativo, sendo mais livre e atendendo as premissas da educação a distancia.

Finalizando o espaço Cicma, o novo modelo do CFAML foi apresentado.

O Espaço Profe foi iniciado e a Dra. Dayse Albuquerque abordou as inovações da lei complementar nº 147 – Estatuto geral da micro e pequena empresa.

Informou que os próximos regulamentos deverão ter um tratamento diferenciado do estabelecido.

Dr. Clodoaldo Ferreira perguntou sobre atuação nas visitas realizadas, ficando esclarecido que a primeira visita deve caráter orientativo. Dr. Alfredo Lobo destacou que este tema foi abordado na Câmara Setorial de Avaliação da Conformidade e encaminhado para a Câmara Setorial Jurídica. Informou que um

prazo diferenciado está sendo dado para as micros e pequenas empresas e em relação às multas, informou que o SGI já faz a diferenciação.

Em relação a análise de risco, informou que é levado em consideração a consequência e a probabilidade de ocorrência.

Dr. Omer Pohlmann Filho apresentou o quadro demonstrativo de graduação da penalidade, informando que poderá ser feito um check list. Dra. Dayse Albuquerque enfatizou a necessidade de criar uma variação pelo contrato social, para posteriormente entrar com a penalização. Dr. Marcelo Martins sugeriu que se crie uma notificação orientativa e Dr. Omer Pohlmann Filho sugeriu que seja criado um grupo de trabalho para estudar e propor alterações.

Dr. Ivan Alves Soares perguntou sobre a elaboração do termo aditivo sobre laboratórios de calibração, ficando acordado que o Sr. Andre Fofano elaborará justificativa que será encaminhada à Procuradoria Federal.

Dra. Dayse Albuquerque informou que as análises dos processos são realizadas por ordem de chegada e destacou que os termos aditivos para serem publicados precisam passar pelo procedimento correto, analisando a minuta e checando as informações.

Finalizando, Dr. Omer Pohlmann Filho apresentou o ranking de inadimplência do jurídico, ressaltando que a média do Brasil é de 53%.

O Espaço Dconf foi iniciado e o Dr. Alfredo Lobo falou acerca do programa de extintores de incêndio e da adoção da auto declaração de conformidade, que resultou na redução das irregularidades.

Falou sobre as verificações de acompanhamento, registrando a necessidade da execução das verificações iniciais e periódicas. Relatou que foi constatado nas auditorias que as verificações não estão sendo realizadas, porém as empresas pagam a GRU. Informou que tal ação pode acarretar sérios problemas ao Inmetro, solicitando que os Dirigentes atentem para o cumprimento do regulamento. Destacou que caso o estado não tenha pessoal disponível para a realização da atividade, existe a possibilidade de deslocar pessoas de estados próximos.

Acerca da criação da taxa de avaliação da conformidade, informou que o valor é fixo e não é permitida a cobrança do deslocamento. Esclareceu que os valores referente ao deslocamento será pago pelo Inmetro via extra limite, porém registrou a necessidade de lançamento destes valores no SGI.

Referente à Operação Especial de Natal, esclareceu que a parceria com a Receita Federal vem crescendo e se tem o apoio da Procuradoria Federal em relação ao Marco Legal. Afirmou que o Inmetro pode adentar nos portos e aeroportos, ressaltando que o Inmetro está construindo uma relação de confiança com a Receita federal. Informou que será realizada a operação natal seguro, que abrangerá brinquedos, lâmpadas, eletrodomésticos e bicicletas. Informou que as cargas ficarão retidas nos portos para a inspeção do Inmetro, visando mostrar a rigidez com a entrada de produtos no Brasil.

Na sequencia, esclareceu que a ouvidoria publicou um balanço onde há uma considerável quantidade de denuncia de falsos fiscais, solicitando a atenção dos Dirigentes. Sra. Julieta Simas, Ouvidora do Inmetro, informou que nas denúncias há relatos de que os fiscais intimidam e cobram valores abusivos, solicitando que seja disseminada a informação de que fiscal do Inmetro não visita residência.

Dr. Alfredo Lobo abordou as questões sobre fiscalização de produtos, apontando a alteração na forma de fiscalizar, onde o foco foi deslocado para as redes de distribuição, chegando aos portos e aeroportos.

Esclareceu que a fiscalização não será limitada na verificação da existência do selo e informou que equipamentos serão comprados para a realização de medições mais profundas, afirmando que um grupo de trabalho será criado para estudar quais ensaios poderão ser realizados em campo.

Acerca da implantação de laboratórios nos Órgãos delegados, destacou a necessidade de estudar a forma de utilização.

Dando prosseguimento, informou que na área de fios e cabos está havendo muitas autuações e destacou que as multas são altas para coibir a não conformidade intencional.

Dr. José do Patrocínio perguntou se o sistema já está adaptado para a realização da fiscalização técnica e o Sr. Marcelo Monteiro, Chefe da Divec / Dconf, informou que a equipe de informática da SURRS está ajustando o sistema e explicou que o planejamento foi realizado por meio da análise de risco. Dr. Omer Pohlmann Filho destacou que o próprio equipamento utilizado para fiscalização está sendo mudado, chamando atenção para o novo tablet, onde ressaltou que este é um novo momento da fiscalização.

Dr. Marcelo Martins chamou atenção para a nova fase de fiscalização, apontando a necessidade de tratar questões sérias, pois são alterações intencionais, onde pode ser encaminhado para a esfera judicial.

Sr. Valmir Ditomaso registrou que está sendo noticiado que os Procons estão fiscalizando os produtos certificados pelo Inmetro.

Na sequencia, Dr. Alfredo Lobo destacou o elevado custo para manter o produto retido em ambiente alfandegário, ressaltando a necessidade da inspeção ser efetuada de forma rápida.

Dr. José do Patrocínio mencionou ser um grave problema um produto aprovado estar irregular, apontando que é importante que medidas enérgicas sejam tomadas, devido ao risco que se corre.

Dr. Alfredo Lobo afirmou que a melhor medida para coibir esta pratica é o aumento do valor da multa.

Dr. Marcelo Martins sugeriu que seja inserido no sistema um alerta para todos os estados sobre produtos não conformes. A sugestão foi acatada e a equipe de informática da SURRS providenciara a alteração do sistema.

Dr. Alfredo Lobo, finalizando, falou sobre o PNAC e apresentou os ganhadores.

Dr. Rogério Fernandes iniciou o espaço Audin e apresentou o trabalho que foi realizado em 2014 nos Órgãos Delegados.

Apontou a situação das auditorias que foram realizadas e apresentou o calendário de auditorias que estão programadas para 2015.

Abordou as questões do convênio e falou que a auditoria visa abordar os aspectos legais e promover as observações do que a legislação determina e não está sendo cumprida pelos Órgãos Delegados.

Dr. Ivan Alves destacou que o trabalho realizado pela Cored sobre o estudo de carreiras e salários da RBMLQ – I poderia incluir também os benefícios.

Dr. Sergio Maia destacou que cada Órgão Delegado tem sua relação com o estado e informa que possui um marco legal para pagamento de benefícios. Dr. Jones Braga falou que cada Órgão é regido por uma lei estadual.

O Espaço Dicom foi iniciado e o Sr. Afonso Ribeiro, chefe da Divisão de Comunicação do Inmetro, falou sobre o manual de identidade da RBMLQ – I e informou sobre a publicação da portaria que veta qualquer que qualquer órgão tenha nome similar ao Inmetro.

Apresentou a nova empresa de assessoria de comunicação que atenderá o Inmetro, a In Press e falou sobre a proposta de se ter uma maior interação com os Órgãos Delegados.

Dr. Alfredo Lobo destacou que os Órgãos Delegados são vistos como não parceiros da sociedade, mas deveriam ser vistos como agentes de desenvolvimento da sociedade.

Sra. Daniela Faissal, Diretora de conta da in Press, ressaltou que a construção de uma boa marca demora, mas se perde facilmente em uma crise.

Sr. Afonso Ribeiro registrou que pessoas dos Órgãos Delegados serão capacitadas para atendimento à mídia.

Dr. Ivan Alves perguntou se haverá algum alinhamento da comunicação quando esta interfere em todos os estados. Sr. Afonso Ribeiro explicou que isto já existe, dando o exemplo do caso de plugs e tomadas.

Dr. Luiz Carlos Gomes iniciou o espaço Dimel, ressaltando que não é permitida a cobrança de deslocamento.

Falou sobre o processo de auditoria, chamando atenção para as não conformidades. Informou que há não conformidades de 2012 em aberto e ressaltou que é importante que o Órgão Delegado se manifeste. Relatou que ações junto à Cored estão sendo tomadas para aprimorar o processo.

Sr. Maurício Evangelista, Diretor de Metrologia Legal do Inmetro, Substituto, falou acerca dos instrumentos que receberão lacres, visando à garantia da confiança. Sr. Andre Fofano solicitou que os estados deem atenção aos procedimentos que precisam ser realizados para manter o controle da marca, pois os Órgãos Delegados não estão cadastrando o material no SGI. Acordou-se que uma videoconferência será realizada para tratar deste assunto.

Sobre calibração de balanças de pre medidos e peso padrão, informou que a calibração das balanças será realizada simultaneamente ao serviço de rastreabilidade de grandes massas. Destacou que os técnicos identificarão os conjuntos de pesos-padrão a serem calibrados pela Dimel e realizarão o agendamento para calibração destes padrões na Dimel ou no próprio Órgão Delegado (nos casos de competência avaliada).

Apresentou o cronograma de rastreabilidade dos padrões da RBMLQ – I para 2015 e, posteriormente, falou sobre a avaliação da competência técnica para calibração dos pesos – padrão, onde serão apontados indicativos base para uma posterior visita de um especialista, que fará uma análise crítica das condições técnicas do laboratório a fim de determinar, para as próximas calibrações, a possibilidade de se realizar o serviço no próprio laboratório do Órgão Delegado.

O espaço rede foi iniciado e o Sr. Sergio Maia Miranda falou sobre a construção do laboratório de calibração de massa da AEM – MS, relatando que o laboratório foi construído com recurso da própria agencia.

Sobre destruição de produtos apreendidos na área da qualidade, relatou que antigamente havia um depósito precário e, posteriormente, uma empresa foi contratada para cadastrar e armazenar os produtos e a agência construiu seu próprio deposito.

Relatou que realizaram a contratação de empresa especializada em tratamento e destinação final de produtos apreendidos e destacou que foi publicado um Regulamento Administrativo para Tratamento e Destinação dos Produtos Apreendidos pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ-I.

Finalizando, Dr. Alfredo Lobo perguntou se o órgão ambiental opina nesta atividade e Dr. Sergio Maia informou que a empresa possui registro no órgão ambiental para executar a atividade.

Sra. Cintia Lê, gerente de Pré Medidos do Ibametro, relatou que sua equipe utilizou a RAIS para fazer a atividade e quando o fiscal não encontrava o estabelecimento era obrigado a justificar.

Destacou a importância da utilização dos filtros no sistema e apresentou mês a mês o número de visitas realizadas, constatando que o número aumentou após a utilização da RAIS.

Enfatizou a importância da atividade ser iniciada pelos bairros e informou que o trabalho será expandido. Finalizando sua fala, relatou que o local onde não havia amostras suficientes, se fazia, apenas, o exame formal.

Dr. Omer Pohlmann Filho, dando sequência na reunião, apresentou o calendário de reunião atualizado e acordou-se que o próximo encontro da Diraf abordará o a implantação do módulo de compras e os bloqueios do sistema.

Acerca da eleição dos membros das Câmaras Setoriais e Conselho Gestor, decidiu-se que a eleição acontecerá na reunião dos dirigentes, em fevereiro de 2015.

Elegeram-se os locais para realização das reuniões do 1º ciclo de 2015, onde ficou decidido que o Encontro da Diraf será realizado em Itaipava – RJ, o Encontro da Dimel em Goiânia – GO, o Encontro da Dconf em Londrina – PR e a Plenária em Aracaju – SE.

Acordou-se, ainda que as reuniões regionais serão realizadas em Porto Velho – RO (norte), Belo Horizonte – MG (centro – Oeste, Minas Gerais e Tocantins), Florianópolis – SC (Sul e Sudeste) e Fortaleza – CE (nordeste).

A reunião foi encerrada pelo Dr. Omer Pohlmann Filho, que agradeceu o empenho de todos.